



Prova Objetiva – Nível Superior

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE - BIBLIOTECONOMIA

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4:30 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Conhecimentos Gerais

Texto 1 – Alterar o ECA independe da situação carcerária
(*O Globo*, Opinião, 23/06/2015)

Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc. Um levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público mostra que, em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis; conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades e, em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual.

Assim como os presídios, os centros não regeneram. Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade. Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, aí incluída a melhoria das condições das unidades socioeducativas para os menores de idade. Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade.

O raciocínio segundo o qual as más condições dos presídios desaconselham a redução da maioria penal consagra, mais do que uma impropriedade, uma hipocrisia. Parte de um princípio correto – a necessidade de melhorar o sistema penitenciário do país, uma unanimidade – para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções.

Falso. A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes. A hipocrisia está em obscurecer que, se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de “proteção” ao menor consagrada no Estatuto da Criança e do Adolescente também os tem. E numa dimensão que implica dar anteparo a jovens envolvidos em atos violentos, não raro crimes hediondos, cientes do que estão fazendo e de que, graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam.

Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse. As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes são questões distintas, e pedem, cada uma em seu âmbito específico, soluções apropriadas. No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da imputabilidade, sem prejuízo de melhorar o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA. Uma ação não invalida a outra. Na verdade, as duas são necessárias e imprescindíveis.

1

Considerando o conjunto do texto 1, o título “Alterar o ECA independe da situação carcerária” representa:

- (A) uma opinião que se choca com a do autor do texto;
- (B) um argumento favorável à redução da maioria penal;
- (C) um contra-argumento que é explicitado no corpo do texto;
- (D) uma tese apoiada em argumentos de autoridade;
- (E) um argumento que se apoia na intimidação do leitor.

2

Na progressão do texto 1 há uma série de segmentos em que a relação entre a situação de menores infratores e a de prisioneiros adultos é estabelecida; o segmento em que essa relação está ausente é:

- (A) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”;
- (C) “...em 17 estados, o número de internos nos centros para jovens delinquentes supera o total de vagas disponíveis;”
- (D) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos, locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade”;
- (E) “A realidade mostra que ações para melhorar as condições de detentos ou internos são indistintamente inexistentes”.

3

“Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, leniência com iniciativas que visem à correição, falhas graves nos procedimentos de reinclusão social etc.”.

Nesse segmento do primeiro parágrafo do texto 1, o emprego da forma ETC. indica que:

- (A) a enumeração inclui todas as mazelas dos presídios;
- (B) além das falhas graves nos procedimentos de reinclusão social há outras falhas graves em outros procedimentos que foram esquecidas;
- (C) mazelas de menor importância não foram citadas;
- (D) problemas de maior relevância não foram citados por não ser esse o melhor momento para fazê-lo;
- (E) a lista de elementos citados não inclui a totalidade das mazelas dos presídios para adultos.

4

Na estruturação do texto 1, a função do primeiro parágrafo é:

- (A) mostrar que a situação dos centros de internação de menores é caótica e que, por isso mesmo, não podem receber mais delinquentes;
- (B) indicar uma crítica ao sistema penitenciário que antecipa a rejeição da redução da maioria penal;
- (C) denunciar falhas na rede de instituições do ECA, idênticas às dos adultos, a fim de que se negue força ao argumento de que a situação carcerária desaconselharia a redução da maioria penal;
- (D) apoiar a ideia de que a redução da maioria penal não deve fazer com que menores delinquentes sejam internados junto a adultos;
- (E) criticar o desapeço das autoridades diante de problemas carcerários que afetam tanto os menores quanto os adultos.

5

A linguagem empregada no texto 1 exemplifica tanto a linguagem lógica como a linguagem figurada; o segmento em que ocorrem somente casos de linguagem lógica é:

- (A) “...não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual”;
- (B) “...locais que pavimentam a entrada de réus primários no mundo da criminalidade”;
- (C) “Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse”;
- (D) “No caso da criminalidade juvenil, o correto é assegurar a redução do limite da inimizabilidade...”;
- (E) “...conservação e higiene são peças de ficção em 39% das unidades...”.

6

No texto 1 há um grupo de vocábulos com sentido negativo produzido pela presença do prefixo IM/IN/I; a opção em que esse prefixo apresenta esse sentido nos dois vocábulos é:

- (A) inadiáveis / internação;
- (B) infratores / instituições;
- (C) impropriedade / indistintamente;
- (D) inexistentes / implicar;
- (E) iniciativas / inimputabilidade.

7

No texto 1, há duas oportunidades em que o autor empregou dois pontos(:):

1 – “...as mesmas mazelas dos presídios para adultos: superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação...”;

2 – “...para uma conclusão que dele se dissocia: seria contraproducente enviar jovens delinquentes...”.

Sobre essas duas ocorrências desses sinais de pontuação, a afirmação correta é:

- (A) as duas ocorrências precedem enumerações;
- (B) as duas ocorrências introduzem exemplificações;
- (C) as duas ocorrências mostram explicações;
- (D) só a primeira ocorrência introduz uma explicação;
- (E) só a segunda ocorrência prepara uma explicação.

8

A substituição do termo destacado por um adjetivo é INADEQUADA em:

- (A) “internação de menores” / internação juvenil;
- (B) “peças de ficção” / peças fictícias;
- (C) “mundo da criminalidade” / mundo criminal;
- (D) “adequação da legislação” / adequação legislativa;
- (E) “condições dos presídios” / condições presidiárias.

9

“Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos”; a frase abaixo em que se repete o mesmo sentido do vocábulo sublinhado é:

- (A) Os menores têm mesmo que pagar por seus crimes.
- (B) Os crimes são punidos pela mesma lei de antigamente.
- (C) É mesmo verdade que as leis irão mudar?
- (D) Os dois presídios têm as mesmas condições.
- (E) As celas são abertas pela mesma chave.

10

O texto entre aspas que exemplifica adequadamente o problema dos presídios destacados no primeiro parágrafo do texto 1 é:

- (A) Superpopulação – “Os presos são divididos em vários grupos e cada grupo só tem direito a banho de sol de quinze minutos”.
- (B) Maus-tratos – “Os presos são obrigados a permanecer em fila durante a revista diária e, só após o toque da sirene, podem ir para as celas”.
- (C) Desprezo por ações de educação – “Os prisioneiros fazem as refeições em conjunto e nem sempre as normas de polidez à mesa são seguidas”.
- (D) Conservação e higiene são peças de ficção – “Ao serem libertados, os prisioneiros sofrem preconceitos quando se apresentam para empregos”.
- (E) Leniência com iniciativas que visem à correção – “Os presos que se rebelam por algum motivo são levados para as solitárias, onde ficam às vezes por vários dias”.

11

Ao citar o levantamento feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o autor do texto 1 tem a finalidade argumentativa de:

- (A) demonstrar a atualidade das informações prestadas;
- (B) indicar a seriedade do tema tratado;
- (C) valorizar a precisão da informação dada;
- (D) mostrar a polêmica motivada pelo tema;
- (E) criticar a incúria das autoridades.

12

O segmento do texto 1 em que está ausente uma estrutura de base comparativa é:

- (A) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”;
- (B) “As condições dos presídios (bem como dos centros de internação) e a violência de jovens delinquentes...”;
- (C) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos”;
- (D) “...legislação penal a uma realidade em que a violência juvenil se impõe cada vez mais como ameaça à segurança da sociedade”;
- (E) “...se o sistema penitenciário tem problemas, a rede de proteção ao menos consagrada no ECA também os tem”.

13

“Assim como os presídios, os centros não regeneram”; a forma de reescrever-se esse período do texto 1 que mostra uma possibilidade de mudança de sentido é:

- (A) os centros não regeneram, assim como os presídios;
- (B) os centros, assim como os presídios, não regeneram;
- (C) os presídios, tais quais os centros, não regeneram;
- (D) os centros não regeneram tanto quanto os presídios;
- (E) tanto os presídios quanto os centros não regeneram.

14

A seção de jornal de onde foi retirado o texto denomina-se *Opinião*; no caso do texto 1, a opinião que é estruturalmente a mais importante é a de que:

- (A) não se pode aceitar o argumento, contrário à redução da maioria penal, de que a situação carcerária impede essa redução;
- (B) é urgente em todo o país a melhora do sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA;
- (C) nas unidades de internação ocorre um aprendizado do crime pelos que são réus primários;
- (D) o ECA é um estatuto superado, pois desconhece os próprios problemas, protegendo os menores de forma paternalista e esquizofrênica;
- (E) é inadiável a obtenção de soluções apropriadas para a violência de jovens delinquentes, que só pode ser obtida pela redução da maioria penal.

15

Em algumas passagens do texto 1 o autor emprega construções com voz passiva, o que traz a vantagem de omitir-se o agente da ação; a frase abaixo que NÃO exemplifica essa estratégia, por não estar na voz passiva, é:

- (A) “...graças a uma legislação paternalista, estão a salvo de serem punidos pelas ações que praticam”;
- (B) “...em 70% delas, não se separam os adolescentes pelo porte físico, porta aberta para a violência sexual”;
- (C) “Nas unidades de internação de menores infratores reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios...”;
- (D) “A realidade mostra que as ações para melhorar as condições de detentos e internos são indistintamente inexistentes”;
- (E) “Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária...”.

16

“...que seria contraproducente enviar jovens delinquentes, supostamente ainda sem formação criminal consolidada, a presídios onde, ali sim, estariam expostos ao assédio das facções”.

Nesse segmento do texto 1, a forma sublinhada indica:

- (A) uma reafirmação de algo dito anteriormente;
- (B) uma retificação de erro cometido pelo autor;
- (C) uma observação enfática sobre um ponto argumentativo;
- (D) uma oposição a outra opinião contrária;
- (E) uma ironia sobre declarações do ECA.

17

“Esta é uma questão que precisa ser tratada no âmbito de uma reforma geral da política penitenciária, ai incluída a melhoria das condições socioeducativas para os menores de idade”.

A afirmação correta sobre o termo “ai” é:

- (A) indica o local da reforma geral onde deve ser incluída a melhoria pretendida;
- (B) refere-se ao termo “reforma geral da política penitenciária”, de forma a retomá-lo na frase seguinte;
- (C) é um termo anafórico, substituindo o termo “questão”, citado anteriormente no mesmo segmento;
- (D) funciona como um conectivo de forma coloquial, correspondendo à conjunção aditiva E;
- (E) mostra uma indicação de tempo, referindo-se ao momento da produção da reforma geral.

18

A passagem do texto 1 em que o termo sublinhado tem uma forma equivalente corretamente indicada é:

- (A) “Nunca, no entanto, como argumento para combater a adequação da legislação...” / no entretanto;
- (B) “Assim como os presídios, os centros não regeneram”. / Desse modo;
- (C) “...reproduzem-se as mesmas mazelas dos presídios para adultos:...” / em relação a;
- (D) “...superpopulação, maus-tratos, desprezo por ações de educação, ...” / em função de;
- (E) “Muitos são, de fato, e também a exemplo das carceragens para adultos...” / na verdade.

19

Diante do leitor, a voz do autor do texto 1 é:

- (A) autoritária, pois mostra suas opiniões como certezas;
- (B) politicamente aliciadora, pois tenta convencer por meio de falácias argumentativas;
- (C) intimidadora, pois desconsidera intelectualmente os que participam de sua opinião;
- (D) sedutora, pois tenta manipular argumentos para que os leitores possam ficar convencidos;
- (E) pouco efetiva, pois o texto carece de conclusão que indique solução para o problema levantado.

20

O autor do texto fala do paternalismo e da esquizofrenia do ECA; no texto 1, o termo sublinhado se refere a(à):

- (A) distúrbios mentais graves;
- (B) dissociação das funções psíquicas;
- (C) perda de contato com a realidade;
- (D) problemas de afetividade;
- (E) hipocondria e regressão.

21

“...seria contraproducente enviar jovens delinquentes a presídios”; se desenvolvermos a oração reduzida desse segmento do texto 1, a forma adequada seria:

- (A) que se enviasse jovens delinquentes a presídios;
- (B) que se enviem jovens delinquentes a presídios;
- (C) que se enviassem jovens delinquentes a presídios;
- (D) que enviemos jovens delinquentes a presídios;
- (E) que se envie jovens delinquentes a presídios.

22

“Preservar o paternalismo e a esquizofrenia do ECA equivale a ficar paralisado diante de um falso impasse”.

A afirmativa correta sobre um dos componentes desse segmento do texto 1 é:

- (A) o adjetivo “falso” indica uma opinião do autor;
- (B) a conjunção E está unindo dois termos sinônimos;
- (C) a forma verbal “equivale” deveria ser substituída por “equivalem”;
- (D) o adjetivo “paralisado” está no masculino porque concorda com “autor”;
- (E) a forma “do”, antes de ECA, deveria perder o artigo, já que uma sigla não tem gênero.

23

Nos pares abaixo, o adjetivo que NÃO pode ser classificado entre os adjetivos de relação é:

- (A) maioria penal;
- (B) violência sexual;
- (C) reforma geral;
- (D) más condições;
- (E) sistema penitenciário.

24

O segmento do texto 1 em que a conjunção E une termos que, no contexto, podem ser vistos como redundantes é:

- (A) “conservação e higiene são peças de ficção”;
- (B) “melhorar as condições de detentos e internos”;
- (C) “o sistema penitenciário e a rede de instituições do ECA”;
- (D) “Preservar o paternalismo e a esquizofrenia”;
- (E) “Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Conhecimentos Específicos**25**

Uma determinada entidade está sendo investigada após denúncias de envolvimento de funcionários em esquemas de corrupção e desvios de verbas. Com isso, o conselho de administração da entidade solicitou uma auditoria para determinar se as atividades financeiras e operacionais do segmento de distribuição estão obedecendo às regras que lhe são aplicáveis.

Esse tipo de auditoria solicitada pelo conselho de administração da entidade é denominado auditoria:

- (A) contábil;
- (B) de gestão;
- (C) de processos;
- (D) especial;
- (E) operacional.

26

De acordo com a NBC TA que trata da estrutura conceitual para trabalhos de asseguarção, nesses trabalhos o auditor independente expressa uma conclusão com a finalidade de aumentar o grau de confiança dos outros usuários previstos acerca do resultado de avaliações ou mensurações efetuadas. O trabalho de asseguarção requer a consideração de alguns elementos. Das opções a seguir, a que NÃO constitui um dos elementos do trabalho de asseguarção é:

- (A) critérios adequados;
- (B) evidências apropriadas e suficientes;
- (C) objeto apropriado;
- (D) relatório de asseguarção escrito na forma apropriada;
- (E) relacionamento entre, pelo menos, duas partes (contratante e auditor).

27

Ao elaborar um contrato com uma empresa de auditoria independente, a entidade que seria auditada pela primeira vez incluiu no contrato uma cláusula acerca do trabalho a ser feito. A cláusula mencionava que, após o trabalho, o parecer deveria assegurar de forma incontestável que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro. Essa cláusula é considerada inadequada em decorrência do(a):

- (A) limitação do escopo da auditoria;
- (B) limitação inerente à auditoria;
- (C) risco de distorção relevante;
- (D) risco de controle;
- (E) risco inerente.

28

Uma determinada firma de auditoria iniciou os trabalhos em uma entidade, a partir de um contrato que prevê execução de auditoria por cinco anos. Um dos auditores, ao executar o trabalho de auditoria inicial nessa entidade, atestou argumentos apresentados pela empresa auditada de tal forma a indicar comprometimento da objetividade do seu trabalho.

O posicionamento do auditor constitui ameaça à independência em decorrência de:

- (A) autorrevisão do trabalho;
- (B) defesa de interesse do cliente;
- (C) familiaridade;
- (D) intimidação profissional;
- (E) interesse próprio.

29

O contador está envolvido em um esquema de desfalques no caixa da empresa em que trabalha. A empresa mantém contas nos bancos X e Y. Com o objetivo de encobrir falta de dinheiro na conta do banco X, o contador deposita em 31/12 a quantia que faltava nessa conta, por meio de cheque da conta do banco Y. Porém, o cheque só foi registrado como desembolso na conta do banco Y em janeiro do ano seguinte. Na reconciliação bancária a falta de dinheiro no caixa é temporariamente ocultada em decorrência do tempo de compensação do cheque. Nos trabalhos de auditoria, esse tipo de desfalque é denominado:

- (A) desfalque encoberto;
- (B) desfalque sistêmico;
- (C) encaixe;
- (D) *kiting*;
- (E) *lapping*.

30

Na determinação da extensão dos testes de auditoria, em geral, o auditor emprega técnicas de amostragem, porém essas apresentam alguns riscos. Acerca dos riscos de amostragem, avalie as afirmativas a seguir.

- I) O nível do risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar dos resultados afeta o tamanho da amostra.
- II) O auditor está sujeito aos riscos de amostragem tanto nos testes substantivos quanto nos testes de observância.
- III) Os riscos de superavaliação de confiabilidade e o risco de aceitação incorreta afetam a eficiência da auditoria, pois em geral conduzem o auditor a realizar trabalhos adicionais.
- IV) Os riscos de subavaliação da confiabilidade e o risco de rejeição incorreta afetam a eficácia da auditoria e têm mais probabilidade de conduzir a uma conclusão errônea.

É correto o que se afirma em:

- (A) somente I e II;
- (B) somente II e III;
- (C) somente III e IV;
- (D) somente I, II e IV;
- (E) I, II, III e IV.

31

A auditoria operacional consiste em revisões metódicas de um conjunto de fatores organizacionais em entidades do setor público ou do setor privado, e um dos objetivos é avaliar o cumprimento dos objetivos da organização.

Considerando os objetivos e as estratégias da auditoria operacional, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a avaliação de indicadores não monetários está entre os objetivos da auditoria operacional;
- (B) a revisão limitada é uma das formas de auditoria operacional;
- (C) a auditoria operacional pode ser considerada um tipo de controle gerencial;
- (D) a auditoria operacional deve focar situações empresariais de maior risco para a continuidade dos negócios;
- (E) ao final de uma auditoria operacional, o auditor deve emitir um parecer com a sua opinião acerca dos fatos examinados.

32

De acordo com a NBC TA 230, que trata da documentação de auditoria, os papéis de trabalhos fornecem evidências relativas ao cumprimento do objetivo global do auditor e da conformidade do planejamento e execução da auditoria. No que tange aos papéis de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) os registros relativos ao planejamento da auditoria não são considerados papéis de trabalho, mas apenas aqueles preparados pelo auditor durante a execução da auditoria;
- (B) não se recomenda a inclusão de resumos ou cópias de registros da entidade na documentação de auditoria, pois esses documentos podem ser facilmente acessados;
- (C) o auditor não precisa manter na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis;
- (D) quando apresentados de forma detalhada, os papéis de trabalho podem substituir alguns registros contábeis da entidade;
- (E) a conclusão da montagem dos arquivos de auditoria deve ser tempestiva, admitindo-se uma diferença máxima de 30 dias após a data do relatório do auditor.

33

Durante a execução do trabalho de auditoria em uma determinada empresa, um auditor detectou que uma aquisição de mercadorias a prazo realizada em dezembro de 2012 só foi registrada quando do efetivo pagamento, no exercício seguinte. Em consequência disso, as contas de fornecedores a pagar e mercadorias para revenda apresentaram distorções no exercício de competência.

Nessa situação os testes realizados pelo auditor são:

- (A) teste principal para superavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de passivo;
- (B) teste principal para superavaliação de passivo e teste secundário para subavaliação de ativo;
- (C) teste principal para subavaliação de ativo e teste secundário para subavaliação de passivo;
- (D) teste principal para subavaliação de passivo e teste secundário para subavaliação de ativo;
- (E) teste principal para subavaliação de passivo e teste secundário para superavaliação de ativo.

34

A concepção doutrinária do princípio da unidade é que o orçamento deve ser uno, ou seja, cada unidade orçamentária deve possuir apenas um orçamento. A análise desse princípio, quanto às disposições constitucionais e legais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, permite afirmar que:

- (A) a divisão da LOA em múltiplos orçamentos – fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social – fere diretamente o princípio da unidade;
- (B) a existência do orçamento de investimento das estatais fere explicitamente o princípio da unidade, apesar de não constituir efetivamente um orçamento;
- (C) a ocorrência de situações de urgência e calamidade pública são justificativas para permitir a existência de orçamentos paralelos;
- (D) a consolidação dos múltiplos orçamentos não atenua o descumprimento do princípio da unidade;
- (E) os múltiplos orçamentos – fiscal, de investimento das empresas e da seguridade social – seguem a concepção da totalidade orçamentária.

35

O ciclo de aprovação, execução, controle e prestação de contas do orçamento público apresenta uma série de etapas com suas competências. Associe os órgãos/poderes e suas respectivas competências no ciclo orçamentário.

- | | |
|------------------------------------|--|
| (1) Controle interno | () Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária |
| (2) Órgão central de contabilidade | () Elaboração do quadro de detalhamento da despesa |
| (3) Órgão central de planejamento | () Elaboração da proposta de Programação Financeira |
| (4) Unidade Orçamentária | () Execução do Orçamento |
| | () Acompanhamento, avaliação e correção de rumos |

A associação correta é:

- (A) 3 - 3 - 2 - 4 - 1;
- (B) 3 - 2 - 1 - 4 - 2;
- (C) 4 - 3 - 2 - 3 - 1;
- (D) 4 - 3 - 2 - 2 - 1;
- (E) 2 - 1 - 3 - 4 - 2.

36

O Plano Plurianual (PPA) é considerado uma inovação na Constituição Federal de 1988 em termos de orçamento, que estabeleceu seus objetivos e conteúdos. Acerca do PPA, avalie as afirmativas a seguir.

- I) O PPA deve estabelecer metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- II) No PPA federal, como programas de duração continuada, têm sido considerados apenas ações de natureza finalística.
- III) Os critérios de regionalização dos objetivos das políticas a serem definidas no PPA devem ser regulamentados em Lei Complementar.
- IV) A avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual é competência exclusiva do Poder Legislativo.

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) II e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) II, III e IV.

37

A Lei de Diretrizes Orçamentárias está prevista na Constituição Federal e deve ser elaborada a partir das definições do PPA e também orientar a elaboração da LOA. Acerca da LDO, é correto afirmar que:

- (A) as metas de apuração da receita corrente líquida serão definidas na LDO;
- (B) a realização de audiências públicas para discussão da LDO é facultativa;
- (C) a LDO deverá conter demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrentes de isenções e anistias;
- (D) a LDO elaborada no primeiro ano de mandato não é baseada em PPA previamente aprovado;
- (E) um dos conteúdos da LDO é a definição das políticas de aplicação das agências financeiras de investimento.

38

Uma descrição típica para uma Lei Orçamentária Anual do município de São Paulo seria: “Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício financeiro de ____ e dá outras providências”. Uma providência que pode ser dada na LOA sem ferir o princípio da exclusividade é:

- (A) autorização para contratação de operações de créditos;
- (B) definição de critérios e forma de limitação de empenho;
- (C) definição sobre forma de utilização da reserva de contingência;
- (D) estimativa e compensação da renúncia de receita;
- (E) estabelecimento de limite para abertura de créditos adicionais especiais.

39

Quadro I

Os dados a seguir foram obtidos junto ao Sistema de Contabilidade em um município do Estado de São Paulo, relativo a um determinado exercício e estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valor
Superávit financeiro do exercício anterior	16.300,00
Excesso de arrecadação	28.500,00
Créditos adicionais especiais reabertos no exercício	5.400,00
Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício	11.200,00
Créditos adicionais suplementares abertos no exercício	9.100,00
Operações de crédito por antecipação da receita	7.800,00
Recursos de dotações para anulação	9.500,00
Recursos de convênios não vinculados não previstos na LOA	7.000,00
Recursos de reserva de contingência	12.000,00
Recursos decorrentes de vetos na LOA	4.900,00

O objetivo da solicitação das informações do Quadro I foi verificar recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais. Considerando as disposições legais e os dados apresentados, o montante disponível é:

- (A) 86.000,00;
- (B) 78.500,00;
- (C) 78.200,00;
- (D) 69.400,00;
- (E) 61.600,00.

40

Texto 1

“A proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do governo federal para 2015 foi aprovada na quarta-feira (17 de dezembro), pelo Congresso Nacional.

[...] Pela proposta, os congressistas terão direito a 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União; R\$ 9,7 bilhões na proposta orçamentária”.

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/lei-de-diretrizes-orcamentarias-de-2015-e-aprovada> (17/12/2014).

Texto 2

“O Congresso Nacional aprovou, na terça-feira (17 de março), o Orçamento da União de 2015.

[...] Uma das novidades [...] é a inclusão de emendas individuais para os 265 parlamentares empossados em fevereiro, no valor de R\$ 10 milhões por parlamentar. Desse total, 50% deve ser destinado à área da saúde.”

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/03/orcamento-de-2015-e-aprovado-pelo-congresso> (18/03/2015).

A partir das informações dos textos 1 e 2 e das implicações para a elaboração e execução do orçamento, é correto afirmar que:

- (A) a arrecadação de receitas tributárias será afetada pelas disposições sobre o orçamento impositivo;
- (B) a LDO e a LOA federal para o exercício de 2015 não apresentaram integração adequada;
- (C) a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram afetados;
- (D) houve descumprimento do princípio orçamentário da anualidade;
- (E) os recursos destinados às emendas individuais dos parlamentares afetarão a apuração do resultado primário.

41

Um instrumento de planejamento de um ente da federação apresenta o seguinte trecho: “Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.”

A autorização referida no trecho deve ser disposta no(a):

- (A) Cronograma de execução mensal de desembolso;
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (C) Lei de créditos adicionais;
- (D) Lei Orçamentária Anual;
- (E) Plano Plurianual.

42

Segundo a Constituição da República, o controle externo de cada município é exercido pelo Poder Legislativo municipal com auxílio do órgão municipal de contas, onde houver, ou de órgão estadual de contas.

Considerando esse modelo de controle externo, caso um município que ainda não possua, mas pretenda instituir, um órgão de contas municipal:

- (A) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei municipal, desde que previsto na lei orgânica do ente federado;
- (B) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei estadual aprovada pela assembleia legislativa do estado e ratificada por lei municipal;
- (C) poderá criar um tribunal de contas do município se previamente autorizado por lei federal aprovada pelo Congresso Nacional e ratificada por lei municipal;
- (D) de acordo com o arcabouço constitucional vigente, não poderá criar um órgão municipal de contas, pois essa possibilidade é vedada pela Constituição da República;
- (E) poderá criar um conselho municipal de contas, única forma admitida pela Constituição da República para novos órgãos municipais de contas, se previamente autorizado por lei municipal e previsto na lei orgânica do ente federado.

43

De acordo com o art. 11 da Lei Orgânica do Município de São Paulo "qualquer munícipe, partido político, associação ou entidade é parte legítima para denunciar irregularidades à Câmara Municipal ou ao Tribunal de Contas, bem como aos órgãos do Poder Executivo".

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que disciplinou os requisitos de admissibilidade e processamento para essas denúncias, é correto afirmar que:

- (A) são admitidas somente denúncias cujo autor esteja identificado, vedando-se o anonimato;
- (B) o denunciante está dispensado de apresentar provas ou indícios da ilegalidade ou irregularidade noticiada;
- (C) constatada a existência de irregularidade durante a apuração, os responsáveis serão sumariamente condenados pelo tribunal, dispensando-se o contraditório nos casos de denúncia;
- (D) concluída a fase instrutória, os autos poderão ser submetidos a qualquer dos órgãos colegiados (tribunal pleno ou câmaras);
- (E) uma vez recebida e conhecida pelo relator, não pode o tribunal determinar o arquivamento de denúncia inepta.

44

As transferências voluntárias da União para estados e municípios realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de parceria fazem parte de um sistema de cooperação para execução de ações de interesse recíproco, financiadas majoritariamente com recursos do orçamento federal. Suponha que a União, por meio do Ministério da Cultura, transfira voluntariamente, mediante convênio, recursos para a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo para financiar um projeto na área de preservação da memória. O município cofinancia a ação por meio do aporte de uma contrapartida de 10% do total do ajuste.

Quanto à jurisdição dos órgãos de controle externo, é correto afirmar que:

- (A) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas da União a fiscalização do ajuste, pois os recursos são majoritariamente federais;
- (B) há uma competência concorrente do Tribunal de Contas do Município e do Tribunal de Contas da União, de forma autônoma e independente;
- (C) compete ao Tribunal de Contas do Município fiscalizar somente a aplicação dos recursos da contrapartida do ajuste;
- (D) compete exclusivamente ao Tribunal de Contas do Município a fiscalização do ajuste, pois os recursos têm como destino o orçamento do município;
- (E) o Tribunal de Contas do Município pode fiscalizar o ajuste desde que previamente autorizado pelo Tribunal de Contas da União, mediante acordo de cooperação.

45

A Lei Orgânica do Município de São Paulo atribui ao Tribunal de Contas do município competência para realizar, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo do município, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Essas auditorias podem ser realizadas por iniciativa do próprio Tribunal ou se solicitadas:

- (I) pela Câmara Municipal de São Paulo;
- (II) por comissões da Câmara Municipal ou por vereador no cumprimento de seu mandato;
- (III) pelo prefeito do município;
- (IV) pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- (V) por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado do município.

A opção que contém apenas legitimados a requerer auditorias ao Tribunal de Contas, segundo a Lei Orgânica do Município, é:

- (A) (I) e (II);
- (B) (I) e (V);
- (C) (II) e (IV);
- (D) (III) e (IV);
- (E) (III) e (V).

46

Sobre os processos de contas anuais, de acordo com as disposições de seu regimento interno, é correto afirmar que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- (A) ao julgar suas próprias contas, emitirá juízo conclusivo sobre sua aprovação ou rejeição;
- (B) não admite recurso contra o acórdão que aprovar o parecer sobre as contas do prefeito;
- (C) tomará as contas do prefeito caso não sejam apresentadas no prazo previsto na Lei Orgânica do Município;
- (D) julgará as contas da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo;
- (E) apreciará, mediante parecer prévio, as contas das entidades da administração indireta do Município.

47

Similarmente à Constituição da República, a Lei Orgânica do Município de São Paulo estipula que os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Sobre o relacionamento desse sistema de controle interno com o Tribunal de Contas do Município, é correto afirmar que:

- (A) o controle interno do Poder Legislativo, se solicitado pelo Tribunal de Contas do Município, pode realizar auditorias e inspeções em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (B) por operar autonomamente, o órgão de controle interno do Poder Executivo não está sujeito a realizar auditorias por solicitação do Tribunal de Contas do Município;
- (C) somente o Tribunal de Contas do Município pode realizar auditorias operacionais em órgãos e entidades do Poder Executivo;
- (D) as auditorias realizadas no âmbito do sistema de controle interno restringem-se a órgãos e entidades públicos;
- (E) o controle interno deve apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional.

48

A Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai, na sigla em inglês) foi fundada em 1953 e promove o intercâmbio de informações e de experiências entre as chamadas entidades fiscalizadoras superiores (EFS), que são organizações de auditoria governamental externa, entre elas tribunais de contas, auditorias gerais, controladorias e congêneres, a depender do país onde estão instituídas.

A “Declaração de Lima”, adotada no IX Congresso da Intosai, ocorrido em 1977, em Lima, no Peru, é reconhecida como a magna carta da auditoria governamental, e fornece as bases filosóficas e conceituais para os trabalhos desenvolvidos pelas EFS.

De acordo com a Declaração de Lima, é atividade considerada típica e indispensável de uma EFS:

- (A) a realização de pré-auditorias;
- (B) a realização de pós-auditorias;
- (C) a realização de auditorias estritamente nas operações previstas no orçamento;
- (D) o estabelecimento de procedimentos operacionais para a administração pública;
- (E) o estabelecimento de normas de auditoria para o setor governamental.

49

A Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai, na sigla em inglês) foi fundada em 1953 e promove o intercâmbio de informações e de experiências entre as chamadas entidades fiscalizadoras superiores (EFS), que são organizações de auditoria governamental externa, entre elas tribunais de contas, auditorias gerais, controladorias e congêneres, a depender do país onde estão instituídas.

A “Declaração de Lima”, adotada no IX Congresso da Intosai, ocorrido em 1977, em Lima, no Peru, é reconhecida como a magna carta da auditoria governamental, e fornece as bases filosóficas e conceituais para os trabalhos desenvolvidos pelas EFS.

A Seção 3 da Declaração de Lima trata de preceitos aplicáveis aos serviços de auditoria interna e externa.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir:

- (I) As entidades fiscalizadoras superiores são serviços de auditoria externa.
- (II) Apesar de o serviço de auditoria interna ser subordinado ao chefe do departamento no qual foi estabelecido, ele deve ser, na medida do possível, funcional e organizacionalmente independente.
- (III) Incumbe aos responsáveis pelo serviço de auditoria externa avaliar a eficácia dos serviços de auditoria interna.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente (I);
- (B) somente (I) e (II);
- (C) somente (I) e (III);
- (D) somente (II) e (III);
- (E) (I), (II) e (III).

50

O Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO, na sigla em inglês) apresentou, em 1992, um modelo amplamente aceito para o estabelecimento de controles internos denominado “Controle Interno – Estrutura Integrada” – aplicável a entidades de grande, médio e pequeno portes, com ou sem fins lucrativos, bem como ao setor público –, que ficou popularmente conhecido como COSO I.

Segundo esse modelo, controle interno:

- (A) é um processo de trabalho que deve ficar a cargo da unidade de auditoria interna de cada entidade;
- (B) é um processo conduzido pela estrutura de governança, pela administração e por pessoas da organização;
- (C) é um processo que consiste de tarefas que devem ser realizadas ao menos uma vez em cada exercício financeiro;
- (D) visa proporcionar certeza de que os objetivos da entidade serão alcançados;
- (E) não auxilia a organização a prever eventos externos que possam afetar negativamente o alcance de seus objetivos.

51

Determinado município iniciou processo licitatório para, na modalidade pregão, contratar sociedade empresária para fornecer à municipalidade determinado material escolar, cujo padrão de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Durante a chamada fase externa do pregão, aberta a sessão pública, os interessados entregaram os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos. Assim, verificou-se que os cinco licitantes participantes apresentaram ofertas abaixo do valor estimado pelo município, da seguinte forma: 50 mil, 52 mil, 53 mil, 54 mil e 58 mil reais. Passo seguinte, levando em consideração o que dispõe a Lei nº 10.520/02, o pregoeiro deve:

- (A) oportunizar ao autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela proceder a novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- (B) oportunizar a todos os licitantes que apresentaram ofertas abaixo do valor estimado pelo município proceder a novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;
- (C) proceder ao imediato julgamento e classificação das propostas, adotando o critério de menor preço, e convocar o licitante que ofertou 50 mil reais para assinar o contrato;
- (D) proceder à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação dos três licitantes que apresentaram as melhores propostas, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;
- (E) declarar vencedor o licitante que fez a oferta de menor valor (50 mil reais), homologar a licitação e adjudicar ao vencedor o objeto da licitação, assinando com ele o contrato administrativo.

52

Rafael é servidor público ocupante de cargo efetivo de Técnico Administrativo do Poder Executivo municipal. Por meio de uma portaria assinada pelo Prefeito, Rafael foi cedido para o Poder Legislativo do mesmo município, para exercer a função de chefe de gabinete de Vereador, no período de 01/06/14 até 01/06/16. Em meados de 2015, por necessidade do serviço, o Prefeito expediu nova portaria revogando a cessão de diversos servidores (dentre eles, a de Rafael) a órgãos estranhos ao executivo municipal e determinando seu retorno ao órgão de origem, em 30 dias. Inconformado, Rafael impetrou mandado de segurança, pleiteando a manutenção de sua cessão à câmara municipal até o dia 01/06/16. A pretensão de Rafael merece ser julgada:

- (A) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, pode controlar o seu mérito e concluir, pelo princípio da proporcionalidade, que a contribuição do servidor cedido à Câmara, no caso concreto, é mais importante que a alegação de necessidade de pessoal no executivo;
- (B) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo vinculado e, por tal razão, o Poder Judiciário pode controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor de permanecer cedido até o prazo final previsto na portaria (01/06/16), pela aplicação da teoria dos motivos determinantes;
- (C) procedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, pode controlar o seu mérito e concluir que deve ser respeitado o direito subjetivo do servidor de permanecer cedido até o prazo final previsto na portaria (01/06/16), pela aplicação do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) improcedente, porque a revogação da cessão é ato administrativo discricionário e, por tal razão, o Poder Judiciário, em regra, deve controlar apenas a sua legalidade (e não o seu mérito) e o Prefeito pode revogar a cessão antes do prazo final, por motivos de oportunidade e conveniência, que atendam ao interesse público;
- (E) improcedente, eis que, apesar de a revogação da cessão ser um ato administrativo vinculado e, por isso, tanto a Administração quanto o Poder Judiciário, podem analisar o seu mérito, revisando os valores de oportunidade e conveniência na manutenção do ato, na hipótese em tela deve ser respeitada a supremacia do Poder Executivo.

53

A Lei Federal nº 11.079/04 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública. De acordo com tal lei, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- (A) para a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;
- (B) que preveja o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado;
- (C) que contenha cláusula dispondo sobre a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- (D) para a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens;
- (E) que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

54

Fortes chuvas, imprevisíveis para esta época do ano, assolaram determinado município do interior do Estado, dando causa a estado de emergência e de calamidade pública, com a destruição parcial de alguns bairros. Em razão de alagamentos, enchentes e desmoronamentos, a Defesa Civil interditou diversas pontes e vias públicas. Caracterizada a urgência de atendimento de situação que podia ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, o Prefeito realizou diversas contratações diretas não precedidas de licitação. Para que tais contratações estejam revestidas de legalidade, devem ter sido efetivadas mediante processo administrativo de:

- (A) dispensa de licitação e possuir valor global de até 20% (vinte por cento) do limite previsto para obras e serviços de engenharia da modalidade convite, bem como não podem ser referentes a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
- (B) dispensa de licitação e se referir somente aos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
- (C) dispensa de licitação e estar de acordo com o preço de mercado, se referindo somente aos bens necessários ao atendimento da situação de urgência e para obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
- (D) inexigibilidade de licitação e o valor de cada contrato deve estar de acordo com o preço de mercado, não podendo ultrapassar 10% (dez por cento) do limite previsto para obras e serviços de engenharia da modalidade convite, sendo o prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, permitida uma prorrogação dos respectivos contratos;
- (E) inexigibilidade de licitação e o valor de cada contrato deve estar de acordo com o preço de mercado, se referindo a parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

55

Antônio é servidor público estatutário municipal estável ocupante de cargo efetivo. Após estudos estratégicos sobre pessoal, realizados pela Secretaria Municipal de Administração, foi editada lei municipal extinguindo alguns cargos do Poder Executivo, dentre eles o ocupado por Antônio. De acordo com a disciplina constitucional que rege a matéria, Antônio:

- (A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- (B) será promovido, por critério de ascensão, a outro cargo efetivo existente, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (C) será reconduzido a outro cargo efetivo que exija mesma escolaridade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (D) será reintegrado a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário, mantida sua remuneração;
- (E) ficará em readaptação a outro cargo efetivo vago já existente, com atribuições compatíveis com aquelas de seu cargo originário.

56

Determinado município contratou, após regular processo licitatório, sociedade empresária para construir uma escola municipal. Ocorre que a contratada reiteradamente não vem cumprindo as cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos acordados. Tendo por base as normas previstas na Lei nº 8.666/93, em especial aquelas sobre inexecução e rescisão de contratos administrativos, a Administração Pública municipal contratante poderá rescindir o contrato por ato escrito e:

- (A) unilateral, com a assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- (B) unilateral, com o decreto da indisponibilidades de bens da contratada (e, se preciso, de seus sócios), até o limite do prejuízo causado à Administração;
- (C) bilateral, com a proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 8 (oito) anos e o integral ressarcimento dos danos ao erário;
- (D) bilateral, com o integral ressarcimento dos danos ao erário e a suspensão dos direitos políticos dos sócios administradores da sociedade empresária;
- (E) bilateral, com a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 8 (oito) anos.

57

Tanto as Organizações Sociais como as Organizações das Sociedades Civas de Interesse Público são entidades privadas, sem fins lucrativos, que recebem tal qualificação pelo Poder Público, uma vez preenchidos os requisitos legais. Conhecendo as peculiaridades que distinguem as Organizações Sociais (OS's) das Organizações das Sociedades Civas de Interesse Público (OSCIP's), é correto afirmar que:

- (A) as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e das OSCIP's são definidas por meio de contrato de gestão, enquanto que o vínculo das OS's com a Administração Pública é estabelecido por meio de termo de parceria;
- (B) as OS's recebem ou podem receber delegação para a gestão de serviço público, enquanto as OSCIP's exercem atividade de natureza privada (serviços sociais não exclusivos do Estado), com a ajuda do Estado;
- (C) ao contrário do que ocorre com as OS's, são passíveis de qualificação como OSCIP's as cooperativas, os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- (D) as OS's já são fundadas com a qualificação jurídica de organização social em seu estatuto social, enquanto que as OSCIP's somente recebem tal título por força de lei específica, após comprovarem os requisitos legais;
- (E) às OS's não poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, enquanto que as OSCIP's poderão receber tal aporte por atuarem visando ao interesse público.

58

Membros da comissão permanente de licitação de determinado Município fraudaram um certame, para favorecer sociedade empresária cujo sócio administrador é amigo íntimo de um dos membros da citada comissão. No caso em tela, os agentes públicos envolvidos afrontaram diretamente o princípio administrativo expresso no art. 37, *caput*, da Constituição da República. Trata-se do princípio da:

- (A) razoabilidade;
- (B) competitividade;
- (C) economicidade;
- (D) isonomia;
- (E) impessoalidade.

59

A Lei Federal nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas pelo sistema de registro de preços. Nesse contexto, de acordo com o citado diploma legal, é correto afirmar que:

- (A) o registro de preços será precedido de pesquisa de mercado limitado à área territorial do ente federativo contratante;
- (B) os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial;
- (C) a validade do registro de preços não será superior a 6 (seis) meses;
- (D) somente a pessoa natural ou jurídica habilitada na licitação será parte legítima para impugnar o preço registrado;
- (E) o sistema de registro de preços será regulamentado por lei específica de cada ente federativo.

60

A Lei nº 8.987/95 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175, da Constituição da República. Com base no que dispõe tal lei, é hipótese de extinção da concessão a:

- (A) encampação, que é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização;
- (B) caducidade, que acontece por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- (C) rescisão, que somente pode ocorrer nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato, quando a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais concernentes à instalação e início do serviço concedido;
- (D) anulação, que ocorre quando a concessionária estiver prestando serviço de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- (E) revogação tácita, que se dá por ato unilateral devidamente fundamentado quando a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.

61

Gabriel, funcionário público que atua junto à Receita Federal instalada no aeroporto internacional de São Paulo, com função de controle dos produtos que ingressam no país, possui um acordo com a sociedade empresária em que trabalha seu filho no sentido de que não obstará a entrada de mercadorias estrangeiras proibidas em território nacional. No dia 02 de junho de 2015, colocou o acordo em prática, permitindo a entrada de animais silvestres comprados pela sociedade sem a devida autorização. Nesse caso, é correto afirmar que Gabriel praticou o crime de:

- (A) contrabando, em concurso de agentes;
- (B) facilitação de contrabando ou descaminho;
- (C) descaminho, em concurso de agentes;
- (D) descaminho, em tese, mas deve ser reconhecido o princípio da insignificância;
- (E) prevaricação.

62

O princípio da transparência fiscal traz a ideia de que toda atividade financeira deve se desenvolver com clareza e transparência, como forma de legitimação do Estado Social e Democrático de Direito. Visando dar aplicabilidade a esse princípio, a Lei nº 10.028/2000 introduziu os artigos 359-A até 359-H no Código Penal, trazendo os chamados Crimes contra as Finanças Públicas.

Sobre o tema, é correto afirmar que o crime de:

- (A) “*contratação de operação de crédito*” é classificado pela doutrina como tipo misto alternativo;
- (B) “*assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura*” proíbe que seja ordenada assunção de obrigação durante todo o último ano do mandato, se esta não puder ser paga no mesmo exercício financeiro;
- (C) “*ordenação de despesa não autorizada*” é classificado pela doutrina como norma penal em preto;
- (D) “*prestação de garantia graciosa*” é classificado pela doutrina como crime impróprio, já que o sujeito ativo não possui qualquer especial característica;
- (E) “*não cancelamento de restos a pagar*” é classificado pela doutrina como modalidade de crime comissivo impróprio.

63

José, juiz de direito do Tribunal de Justiça de São Paulo, depara-se com um processo em que figura na condição de ré uma grande amiga de infância de sua filha. Não havendo causa de impedimento ou suspeição, separa o processo para proferir, com calma, na manhã seguinte, uma sentença condenatória bem fundamentada, pois sabe que sua filha ficaria chateada diante de sua decisão. Ocorre que, por descuido, esqueceu o processo no armário de seu gabinete por 06 meses, causando a prescrição da pretensão punitiva. Considerando a hipótese narrada, é correto afirmar que a conduta de José:

- (A) é atípica, sob o ponto de vista do Direito Penal;
- (B) configura a prática do crime de prevaricação, pois presente o elemento subjetivo da satisfação de sentimento pessoal;
- (C) configura a prática do crime de condescendência criminosa;
- (D) configura a prática do crime de prevaricação, bastando para tanto o dolo genérico;
- (E) configura a prática do crime de corrupção passiva.

64

Por um período de 03 meses, Natan exerceu função pública, não recebendo, porém, qualquer remuneração pelo exercício dessa função. Durante o período, Natan concorreu culposamente para prática de um crime de peculato doloso por parte de Otávio, funcionário público estável que atuava no mesmo setor que Natan.

Sobre a hipótese narrada, é correto afirmar que Natan:

- (A) não poderá responder na condição de funcionário público, pois apenas exerceu a função transitoriamente;
- (B) apesar de funcionário público para efeitos penais, não poderá ser responsabilizado pela prática de crime, pois não existe previsão de peculato culposo;
- (C) não poderá responder na condição de funcionário público porque não recebeu remuneração, apesar de a transitoriedade, por si só, não afastar tal posição para fins penais;
- (D) poderá ser responsabilizado na condição de particular, em concurso de agentes, pelo crime de peculato praticado por Otávio;
- (E) poderá ser responsabilizado como funcionário público pela prática do crime de peculato culposo, sendo que eventual reparação do dano, antes da sentença irrecorrível, extinguirá sua punibilidade.

Conhecimentos Especializados

65

A complexidade das unidades de informação impõe ao bibliotecário gestor a compreensão de funções gerenciais interdependentes e necessárias para que a unidade subsista, cumprindo objetivos e conquistando metas planejadas. Nesse contexto, a função gerencial de planejamento numa unidade de informação implica:

- (A) a tomada de decisão sobre a competência de determinados trabalhos;
- (B) a execução do trabalho, propriamente dito;
- (C) o acompanhamento do trabalho, para que seja feito como planejado;
- (D) o alcance de determinada situação, de modo mais eficiente e efetivo;
- (E) a análise e o diagnóstico das potencialidades existentes.

66

Na elaboração de um plano de marketing, as ameaças e oportunidades e os pontos fortes e fracos são considerados no(a):

- (A) estratégia de marketing;
- (B) plano de ação;
- (C) projeção de produtos e serviços;
- (D) avaliação;
- (E) análise ambiental.

67

No processo de formação e desenvolvimento de coleções, a seleção baseada na qualidade oferecida por um determinado editor no passado, como um indicativo de que aquela qualidade está garantida em suas edições atuais e futuras, considera a análise do conteúdo dos documentos, sob o critério da:

- (A) precisão;
- (B) contribuição potencial;
- (C) conveniência;
- (D) autoridade;
- (E) relevância.

68

A deterioração progressiva de acervos bibliográficos pela fragilidade dos suportes e pelo efeito do tempo, diante da insuficiência de recursos para assegurar a conservação física de todos os itens, é uma realidade nas bibliotecas, levando o bibliotecário a estabelecer processos seletivos para identificar os itens cujo texto deve ser preservado com prioridade. Essa alteração do foco da conservação preventiva de determinados itens, do aspecto material para o intelectual, pressupõe o estabelecimento de uma política:

- (A) de acesso, através da disseminação do conteúdo intelectual desse itens, potencializando a produção científica, antes de sua deterioração;
- (B) de substituição, que implica a transferência do texto selecionado dos itens eleitos para outro suporte, ampliando a longevidade do registro;
- (C) de restauração, dependente de patrocínio, para ações pontuais ou massivas, dependendo do volume de títulos selecionados pelo bibliotecário;
- (D) de segurança, que suspenda ou reduza o acesso aos itens deteriorados, na expectativa de garantir-lhe sobrevida até a captação de recursos;
- (E) de reparos, que implemente tratamentos corretivos que freiem o processo de deterioração dos itens que ainda suportem esse procedimento.

69

As políticas de unidades de informação, tais como a política de formação e desenvolvimento de coleções e a política de preservação, constituem instrumentos de planejamento que:

- (A) orientam a tomada de decisão e a ação, definindo linhas mestras e dando estabilidade à organização;
- (B) estabelecem métodos rotineiros de execução de atividades e o modo exato de sua realização;
- (C) quantificam os objetivos, que devem ser expressos com clareza, em termos de resultados a alcançar;
- (D) consistem numa situação futura esperada ou que se pretende atingir, para a concretização da missão institucional;
- (E) constituem comandos diretos e objetivos de curso de ação a seguir, regulando o uso de produtos e serviços.

70

A acessibilidade em unidades de informação objetiva garantir a participação em atividades e o uso de produtos, serviços e informação, com segurança e autonomia, a qualquer pessoa com:

- (A) necessidades especiais evidentes, físicas ou sensoriais, permanentes ou não;
- (B) deficiência permanente ou temporária e que reivindique esse direito;
- (C) diferentes necessidades, tanto de acesso físico quanto de comunicação;
- (D) mobilidade reduzida e em situação de desvantagem em relação às demais;
- (E) dificuldade de percepção ou de entendimento e dependência permanente.

71

Especificamente no caso do processo de informatização, os avanços tecnológicos associados às atuais exigências dos usuários direcionam para a seleção e aquisição de *software* e *hardware* com características funcionalmente mais diversificadas, privilegiando a interligação das funções de uma biblioteca, numa linguagem que permita a(o):

- (A) automação de rotinas e serviços;
- (B) acesso à informação;
- (C) integração entre o usuário e a máquina;
- (D) desenvolvimento de tecnologias;
- (E) recuperação da informação.

72

No formato MARC21 para dados bibliográficos, a diferença entre os campos 504 – nota de bibliografia e 510 – nota de citação/referência é que no campo 504 é indicada a ocorrência de:

- (A) fontes de informação que citam o item, enquanto o 510 apresenta o padrão de citação do item descrito;
- (B) referências de descrições publicadas sobre o item, enquanto o 510 destaca algumas obras citadas no item;
- (C) mais de uma obra bibliográfica no item, enquanto o 510 serve para notas referências cruzadas entre as obras descritas;
- (D) notas de rodapé ou de final de capítulo, enquanto no 510 é anunciada a presença de lista de referências, no final do item;
- (E) bibliografia no item descrito, enquanto o 510 é usado para especificar onde o item descrito foi citado.

73

O formato MARC 21 para dados de autoridades, como parte da família MARC de formatos coordenados para dar tratamento adequado a diferentes tipos de dados, caracteriza-se por conter especificações para:

- (A) descrição de informações bibliográficas que possibilitam a recuperação e o controle de diversos tipos de materiais ou recursos informacionais;
- (B) descrição de dados com formas padronizadas para pessoas, entidades coletivas, eventos, títulos e assuntos, a serem utilizados como pontos de acesso no registro bibliográfico;
- (C) codificação de elementos de dados pertinentes aos dados de coleções e à localização de todos os tipos de materiais, a serem utilizados no gerenciamento de recursos;
- (D) codificação de elementos de dados relacionados e associados a números de classificação, permitindo o desenvolvimento de esquemas de classificação;
- (E) codificação de informações sobre recursos não bibliográficos, tais como eventos, programas e serviços, destinados a uma comunidade específica.

74

Um bibliotecário necessita de um protocolo de comunicação entre computadores que permita a transferência de dados, pesquisa e recuperação da informação em redes de computadores distribuídos para disponibilização de documentos com textos completos, dados bibliográficos, imagens e multimeios. Ele deve utilizar o:

- (A) Dublin Core
- (B) Z39.50
- (C) OAI
- (D) RLIN
- (E) FRBR

75

As bibliotecas que integram a Rede Bibliodata, fazendo com que seus acervos se desenvolvam com menos gastos e mais qualidade em seu processamento técnico, têm sido amplamente beneficiadas com as vantagens da:

- (A) aquisição planejada;
- (B) centralização de serviços;
- (C) catalogação cooperativa;
- (D) interface de busca;
- (E) base de autoridade.

76

O Código de Catalogação Anglo-americano, nas regras de cabeçalhos para tribunais cíveis e criminais, determina a entrada subordinada, permitindo a omissão do nome do lugar da sede do tribunal ou da área de jurisdição, desde que essa omissão não ocasione alguma distorção. Nesse caso, a entrada para o Tribunal de Contas do Município de São Paulo deve ser grafada como:

- (A) **São Paulo (SP)**. *Tribunal de Contas*
- (B) Tribunal de Contas do Município de São Paulo
- (C) **São Paulo (Cidade)**. *Tribunal de Contas*
- (D) São Paulo. *Tribunal de Contas do Município*
- (E) **São Paulo (Município)**. *Tribunal de Contas*

77

A Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, difundida pela IFLA, substituindo e ampliando o âmbito dos Princípios de Paris, apresenta como princípio geral determinante para a construção de códigos de catalogação:

- (A) a conveniência do usuário;
- (B) a significância dos elementos dos dados;
- (C) a consistência de pontos de acesso;
- (D) a normalização das descrições;
- (E) a exatidão das representações.

78

A RDA (sigla para “Resource Description and Access”) é uma nova norma, que pretende:

- (A) complementar as AACR2, por meio de padrões internacionalmente acordados, de modo a dinamizar a produção de catálogos digitais e favorecer ao acesso;
- (B) identificar e sanar as deficiências das AACR2, através do monitoramento dos processos de busca, empreendidos por usuários em ambiente digital;
- (C) substituir as AACR2, harmonizando-se com os modelos conceituais FRBR e FRAD, que proporcionam a base teórica para a prática de descobrimento de recursos mais adequada ao usuário;
- (D) constituir-se como código internacional, projetado para ambiente digital e baseado no modelo descritivo FRBR que, por sua vez, evoluiu do FRAD, outro modelo descritivo para dados bibliográficos;
- (E) substituir os modelos “Functional Requirements for Bibliographic Records” (FRBR) e “Functional Requirements for Authority Data” (FRAD), como novo instrumento de catalogação.

79

Considere as notações abaixo:

341.1=111

341.1(430)

341.1”1986”

341.1:338.124

341.1

A ordem de arquivamento correta, de acordo com a Classificação Decimal Universal, é:

- (A) 341.1; 341.1=111; 341.1(430); 341.1”1986”; 341.1:338.124
- (B) 341.1:338.124; 341.1; 341.1”1986”; 341.1(430); 341.1=111
- (C) 341.1=111; 341.1(430); 341.1”1986”; 341.1:338.124; 341.1
- (D) 341.1(430); 341.1”1986”; 341.1=111; 341.1; 341.1:338.124
- (E) 341.1”1986”; 341.1:338.124; 341.1(430); 341.1=111; 341.1

80

A indexação centrada no domínio fundamenta-se no:

- (A) documento, sem considerar o contexto e as necessidades de informação dos usuários que a biblioteca atende;
- (B) conceito e sua conversão em termo controlado por meio de uma linguagem documentária;
- (C) conhecimento que os indexadores possuem dos usuários e suas possíveis necessidades de informação;
- (D) conhecimento profundo da história, metas, objetivos, pessoas e relacionamentos e fluxos de informação da organização;
- (E) papel desempenhado pelo indexador no tratamento e recuperação da informação.

81

Um ISBN separado NÃO é atribuído se a única mudança em uma publicação for o:

- (A) preço;
- (B) formato;
- (C) idioma;
- (D) editor;
- (E) título.

82

No Serviço de Referência de uma biblioteca especializada, o bibliotecário precisa continuamente avaliar os produtos e serviços informacionais oferecidos diante das demandas apresentadas, assim como considerar a possibilidade de criar outros. Para que essas iniciativas alcancem resultados que, realmente, causem impacto sobre o Serviço de Referência, o bibliotecário precisará desenvolver uma rotina de estudo de:

- (A) opinião;
- (B) usabilidade;
- (C) uso;
- (D) comunidade;
- (E) usuários.

83

Os sistemas de DSI que determinam a relevância de um recurso, realizando o *matching* entre o perfil do usuário e os perfis de usuários com interesses similares ou perfis comunitários padrão são os:

- (A) híbridos;
- (B) baseados em colaboração;
- (C) multiagentes;
- (D) baseados em conteúdos;
- (E) baseados em agentes de interface.

84

O COMUT oferece seus serviços através de *e-mail* e do *Software*:

- (A) Sophia;
- (B) Ariel;
- (C) Caribe;
- (D) Pérgamo;
- (E) Micro Isis.

85

No que se refere às fontes formais legislativas, as emendas constituem a segunda fase do processo legislativo. Aquelas que se caracterizam por alterarem os projetos sem modificá-los substancialmente são as emendas:

- (A) substitutivas;
- (B) supressivas;
- (C) aditivas;
- (D) aglutinativas;
- (E) modificativas.

86

Segundo a Lei Complementar nº 95, de 26/02/1998, a lei deve ser estruturada em três partes: parte preliminar, parte normativa e parte final. A parte normativa:

- (A) compreende o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;
- (B) indica o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal;
- (C) sintetiza o conteúdo da lei, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria legislada;
- (D) compreende a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação;
- (E) determina a data em que a norma entra em vigor e indica o objeto da lei.

87

A Biblioteca da Câmara dos Deputados é uma das bibliotecas cooperantes da rede mantida pelo Senado Federal e oferece em seu sítio vários produtos de interesse do bibliotecário jurídico. O produto que permite a pesquisa dos dispositivos constitucionais já regulamentados e das proposições apresentadas e sua tramitação no Congresso é:

- (A) Base de dados da Legislação Federal;
- (B) Coleção das Leis da República;
- (C) Bibliografia Brasileira de Direito;
- (D) Legislação Infraconstitucional;
- (E) Guia de Direito Constitucional.

88

As bases de dados oficiais de jurisprudência dos tribunais superiores, dos cinco tribunais regionais federais e da Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, podem ser consultadas no portal do(a):

- (A) *Web of Science*;
- (B) Capes;
- (C) Câmara dos Deputados;
- (D) Senado Federal;
- (E) Justiça Federal.

89

A recuperação de informação jurisprudencial é uma forma específica de recuperação de informação jurídica, potencializada com a capacidade do bibliotecário de:

- (A) extrair e difundir os elementos argumentativos, os entendimentos e as orientações contidos nas decisões jurisprudenciais, a partir da apreensão dos fundamentos que as alicerçam;
- (B) ler e interpretar as ementas das decisões judiciais, relevando, apenas, os votos vencedores dos magistrados, para indexá-los conforme circunstâncias específicas de pesquisa;
- (C) pesquisar e obter documentos, diante de uma demanda específica, tendo como referencial de termos de busca o vocabulário jurídico controlado, adotado pela unidade de informação;
- (D) aprofundar-se nos estudos necessários para a compreensão das leis e do vocabulário jurídico, adequado a diferentes instâncias, conforme a evolução do conhecimento e a sua difusão;
- (E) selecionar e gerir os conteúdos recuperados a partir de processos de busca que apresentem soluções para superar superficialidades, favorecendo a objetividade e a relevância.

90

A capacitação de usuários é um dos serviços prestados por bibliotecas jurídicas que objetiva:

- (A) a agilização do empréstimo local ou domiciliar, mediante redução de procedimentos burocráticos e ampliação da competência informacional;
- (B) o entendimento da complexidade da organização do conhecimento na biblioteca e da necessidade de mediação do bibliotecário para acesso;
- (C) a redução de serviços e produtos prestados pelo bibliotecário, que passam a ser da competência do usuário, capacitado na recuperação da informação;
- (D) o uso das bases e fontes de pesquisa disponibilizadas pela biblioteca, conferindo-lhe autonomia de pesquisa;
- (E) a qualificação de usuários potenciais como usuários reais, a partir de seu conhecimento da arquitetura das bases de dados da biblioteca.

91

Na ordenação de uma lista de referências, de acordo com a NBR 6023, da ABNT:

- (A) a sequência deve ser alfabética, pela primeira palavra do sobrenome do autor ou pela primeira palavra relevante do título, se não houver autor; e, para entradas iguais, a sequência deve ser cronológica, pela data de publicação;
- (B) a entrada para documentos de até três autores é indicada pelo último sobrenome de cada um, seguido dos prenomes; sendo o primeiro e o segundo separados entre si por vírgula, e o último é precedido pelo sinal &;
- (C) o nome do autor de várias obras referenciadas sucessivamente pode ser substituído, nas referências seguintes à primeira e desde que estejam na mesma folha, por um traço sublinear, equivalente a seis espaços, seguido de ponto;
- (D) o título de várias edições de um mesmo documento pode ser substituído por um traço sublinear nas referências seguintes à primeira, desde que estejam referidas em folhas sucessivas;
- (E) as entradas pelo sobrenome do autor ou pelo título, em toda a sua extensão, devem ser em letras maiúsculas, alinhadas à esquerda, de forma a facilitar a identificação de cada documento.

92

Segundo a NBR 14724 da ABNT, quando um trabalho acadêmico é constituído de mais de um volume, com folhas digitadas no verso e no anverso, a numeração das páginas deve ser colocada:

- (A) no alto das páginas ímpares, justificada à direita, e no rodapé das páginas pares justificada à esquerda, além de ser reiniciada a cada volume;
- (B) no canto superior ou inferior externo de todas as páginas, além de ser mantida uma única numeração, do primeiro ao último volume, precedida pela indicação, em algarismos romanos, do número do volume;
- (C) no alto ou no rodapé de todas as páginas, em qualquer posição, respeitando as margens, além de ser reiniciada a cada volume;
- (D) no canto inferior externo do anverso e verso de todas as folhas, além de ser reiniciada a cada volume;
- (E) no canto superior direito do anverso das folhas e no canto superior esquerdo do verso, além de ser mantida uma única sequência de numeração das páginas do primeiro ao último volume.

93

A NBR 10520 da ABNT prevê o sistema de chamada autor-data para citações indicadas no texto. De acordo com a norma:

- (A) quando houver coincidência de sobrenomes de autores, acrescentam-se as datas de publicação; se mesmo assim existir coincidência, colocam-se as iniciais de seus prenomes;
- (B) as citações indiretas de diversos documentos de vários autores, mencionados simultaneamente, devem ser separadas por ponto-e-vírgula, em ordem cronológica por data de publicação;
- (C) quando o nome do autor estiver incluído na sentença, indica-se a data, entre parênteses, acrescida da página, se a citação for indireta;
- (D) os diversos documentos de um mesmo autor, publicados num mesmo ano, são distinguidos na lista de referências pelo acréscimo de letras minúsculas, conforme a ordem de citação no texto;
- (E) as citações indiretas de diversos documentos da mesma autoria, publicados em anos diferentes e mencionados simultaneamente, têm as suas datas separadas por vírgula.

94

Os guias de unidades informacionais jurídicas constituem obra de referência que contribuem para o intercâmbio e a disseminação de produtos e serviços. Para isso, de acordo com a NBR 10518, da ABNT, devem oferecer informação com uniformidade de conteúdo sobre cada unidade informacional, atendendo a recomendações estruturais, com elementos essenciais e complementares, previstas em norma. De acordo com a norma, associe dois segmentos estruturais com seus respectivos elementos, indicados a seguir.

I – Elementos essenciais

II – Elementos complementares

1 – serviços e custos (se houver)

2 – publicações editadas pela unidade informacional

3 – histórico da unidade informacional

4 – abrangência do acervo: assuntos e tipos de documentos

5 – vinculação administrativa da unidade informacional

A associação correta é:

- (A) I – 1, 3 e 5; II – 2 e 4
- (B) I – 1 e 4; II – 2, 3 e 5
- (C) I – 2, 3 e 4; II – 1 e 5
- (D) I – 3 e 5; II – 1, 2 e 4
- (E) I – 4 e 5; II – 1, 2 e 3

95

Um usuário de uma biblioteca jurídica solicitou a reprodução, em formato digital, de um capítulo de obra sobre Direito Processual Civil, impressa em 2011, sob o argumento de que precisava utilizá-la para produzir prova administrativa. Diante da circunstância que requeria solução imediata e considerando a legislação sobre direitos de autor, o bibliotecário decidiu:

- (A) permitir, porque a lei admite a utilização de obras científicas para produzir prova administrativa;
- (B) permitir, condicionando a reprodução à autorização formal do autor ou titular do direito;
- (C) não permitir, porque a obra não está em domínio público e porque a lei não prevê esse procedimento para obras científicas;
- (D) não permitir, porque a lei prevê a reprodução de obras científicas apenas para produzir prova judiciária;
- (E) não permitir, porque a lei autoriza esse procedimento exclusivamente para fins didáticos e não admite a cópia em suporte digital.

96

De acordo com as Diretrizes DRIVER 2.0, o quadro atual dos repositórios não permite ainda que a recuperação de um documento seja rápida e direta, utilizando apenas alguns clicks. As diretrizes abordam cinco questões: coleções, metadados, implementação do protocolo OAI-PMH, práticas recomendadas para vocabulários e:

- (A) sintaxes;
- (B) bases de conhecimento;
- (C) ontologias;
- (D) semânticas;
- (E) motores de busca.

97

A versão 1.4 do DSpace trouxe, entre outras novidades, a possibilidade de recuperação dos documentos depositados por assunto, essa facilidade está relacionada com o preenchimento do metadado descritivo pertencente ao esquema de metadados Dublin Core:

- (A) resumo;
- (B) notação;
- (C) palavra-chave;
- (D) descritor;
- (E) cabeçalho de assunto.

98

A interoperabilidade compreende a identificação persistente de esquemas de metadados padronizados e um protocolo de coleta de metadados. Esses metadados descrevem a natureza dos dados armazenados, que incluem:

- (A) representação, acesso e uso da informação;
- (B) recursos financeiros, comunicação e armazenamento;
- (C) níveis de acesso, aspectos legais e sustentabilidade;
- (D) cultura institucional, escopo do repositório e conteúdo;
- (E) conteúdo, estrutura e administração de direitos de conteúdos.

99

Em consonância com o art. 11 da Lei nº 4.084, de 30/06/1962, o Conselho Federal de Biblioteconomia só poderá ser constituído por brasileiros natos ou naturalizados e regido por um Presidente escolhido dentre os nomes constantes da lista tríplice organizada por membros do Conselho, e nomeado pelo:

- (A) Ministro do Trabalho e do Emprego;
- (B) Presidente da Câmara dos Deputados;
- (C) Presidente da República;
- (D) Ministro da Casa Civil;
- (E) Presidente do Congresso Nacional.

100

De acordo com o Código de Ética Profissional do Bibliotecário, na aplicação de sanções éticas serão consideradas como atenuantes: falta cometida em defesa de prerrogativa profissional; ausência de punição anterior e:

- (A) apontar falhas nas normas das instituições em que trabalha;
- (B) auferir benefícios da ciência e técnicas modernas;
- (C) exercer a profissão quando impedido administrativamente;
- (D) prestar relevantes serviços à Biblioteconomia;
- (E) violar o sigilo profissional.

Realização

